

BRASIL DE FATO

Uma visão popular do Brasil e do mundo

maio de 2013 | ano 11 | edição 533 | distribuição gratuita | www.brasildefato.com.br | facebook.com/brasildefato

Especial Energia

Privatizar não é a solução

Sociedade defende o cancelamento dos leilões que irão privatizar o petróleo e as usinas hidrelétricas

Samuel Tosta



Manifestação contra os novos leilões do petróleo

editorial

Privatizar não é a solução

O BRASIL VIVE a ameaça de uma nova onda de privatizações, que aparece com o nome de leilões. É o que o governo pretende fazer com o petróleo e com a energia elétrica.

No petróleo, está agendada uma nova rodada de privatizações de quase 300 áreas para os dias 14 e 15 de maio. Mais de 60 empresas internacionais estão inscritas para se apropriar e exportar o petróleo bruto. E para novembro está prevista a privatização de áreas para exploração do petróleo na região do chamado pré-sal.

Na energia elétrica, o governo federal já deu ordem para preparar o leilão da barragem Três Irmãos, em São Paulo, que pertencera à Cesp e depois do vencimento da concessão em 2011 voltou para a União. Seguindo esta lógica, tendem a ser privatizadas cerca de 10 hidrelétricas e 20 pequenas centrais no próximo período.

Com esta edição especial do **Brasil de Fato**, queremos chamar atenção para estes fatos que são muito importantes para o destino do nosso país. Estes fatos envolvem nossa soberania e a possibilidade de distribuição de riquezas para o povo brasileiro. Esse patrimônio é fruto do trabalho e lutas heroicas do povo, que construiu um grande setor de energia no Brasil.

A luta em defesa do petróleo, juntamente com a utilização dos rios para a produção de energia elétrica nos propiciou, por muito tempo, que estas riquezas estivessem, em certa medida, sob controle nacional.

Foi no período dos governos de Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso que este sistema foi sendo destruído com o pretexto de que não servia mais para o nosso país e que o "moderno" era entregar para empresários priva-



É fundamental que todos nós tomemos posição neste momento tão importante para o destino da nação. Defendemos o cancelamento dos leilões que irão privatizar o petróleo e as usinas hidrelétricas

dos. Durante estes governos, mais de 150 empresas públicas acabaram sendo entregues aos empresários a preços irrisórios, prejudicando muito o país e os trabalhadores. Esta história nós já conhecemos bem.

Depois da privatização, a energia elétrica subiu mais de 400%, trabalhadores foram demitidos e recontraçados com salários menores e em piores condições, e a qualidade da energia elétrica piorou muito.

No setor do petróleo foi a mesma coisa. FHC vendeu parte da Petrobras e só não fez pior porque foi derrotado na eleição de 2002. Não é a toa que todo este processo foi chamado de privatária Tucana.

A extraordinária descoberta de petróleo na área chamada pré-sal, nossas enormes reservas de água, nosso território e as riquezas naturais exuberantes são do povo brasileiro. São fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

Os trabalhadores brasileiros já provaram que são capazes de cuidar de nossas riquezas. Somos um país com enormes potencialidades, com possibilidades de usar bem e distribuir estas riquezas. No entanto, isto tudo está sendo novamente ameaçado.

Se as riquezas são tantas e boas para o país, por que entregar para as grandes empresas transnacionais? Se são as empresas do Estado brasileiro, entre elas a Eletrobrás e a Petrobras, que impulsionam o setor de energia em nosso país; se é o BNDES que financia; se são as empresas estatais que estão entregando a energia aos preços mais baratos, por que não discutir com o povo, unir forças e buscar soluções para que tanto o petróleo quanto a energia elétrica fique nas mãos do Estado, com soberania nacional, distribuição de riquezas e controle popular?

É fundamental que todos nós tomemos posição neste momento tão importante para o destino da nação. Defendemos o cancelamento dos leilões que irão privatizar o petróleo e as usinas hidrelétricas.

Não temos dúvida de que, se consultado, o povo brasileiro dirá: privatizar não é a solução!



BRASIL DE FATO

Redação Rio:

redacao@brasildefato.com.br

Para anunciar:

(11) 2131 0800

Editor-chefe: Nilton Viana • **Editores:** Aldo Gama, Marcelo Netto Rodrigues, Renato Godoy de Toledo • **Subeditor:** Eduardo Sales de Lima • **Repórteres:** Marcio Zonta, Michelle Amaral, Patrícia Benvenuti • **Correspondentes nacionais:** Daniel Israel (Rio de Janeiro - RJ), Maíra Gomes (Belo Horizonte - MG), Pedro Carrano (Curitiba - PR), Pedro Rafael Ferreira (Brasília - DF), Vivian Viríssimo (Rio de Janeiro - RJ) • **Correspondentes internacionais:** Achille Lollo (Roma - Itália), Baby Siqueira Abrão (Oriente Médio), Claudia Jardim (Caracas - Venezuela) • **Fotógrafos:** Carlos Ruggi (Curitiba - PR), Douglas Mansur (São Paulo - SP), Flávio Cannalunga (*in memoriam*), João R. Ripper (Rio de Janeiro - RJ), João Zinclar (*in memoriam*), Joka Madruga (Curitiba - PR), Leonardo Melgarejo (Porto Alegre - RS), Maurício Scerni (Rio de Janeiro - RJ) • **Ilustrador:** Latuff • **Editor de Arte:** Marcelo Araujo • **Revisão:** Jade Percassi • **Jornalista responsável:** Nilton Viana - Mtb 28.466 • **Administração:** Valdinei Arthur Siqueira • **Endereço:** Al. Eduardo Prado, 676 - Campos Eliseos - CEP 01218-010 - Tel. (11) 2131-0800 / Fax: (11) 3666-0753 - São Paulo/SP - redacao@brasildefato.com.br • **Gráfica:** Info Globo • **Conselho Editorial:** Alípio Freire, Altamiro Borges, Aurelio Fernandes, Bernadete Monteiro, Beto Almeida, Dora Martins, Frederico Santana Rick, Igor Fuser, José Antônio Moroni, Luiz Dallacosta, Marcelo Goulart, Maria Luísa Mendonça, Mario Augusto Jakobskind, Milton Pinheiro, Neuri Rosseto, Paulo Roberto Fier, René Vicente dos Santos, Ricardo Gebrim, Rosane Bertotti, Sergio Luiz Monteiro, Ulisses Kaniak, Vito Giannotti • **Assinaturas:** (11) 2131-0800 ou assinaturas@brasildefato.com.br

A luta do petróleo na história do povo brasileiro

CRONOLOGIA Pressão popular criou a Petrobras em 1953, que sofre desde então pressão de setores privatistas

Ronaldo Pagotto
de São Paulo (SP)

A história do petróleo no Brasil é o resultado da combinação da luta popular com o investimento estatal.

A luta popular ocupou o lugar de pressão e combate a todas as iniciativas de privatização, marcada pela defesa da exploração, produção e distribuição realizadas pelo Estado, e do outro lado, como resultado dessas lutas, o Estado Brasileiro criou uma empresa (Petrobras), assegurou investimentos, produziu conhecimento para exploração em águas profundas (o Brasil é liderança mundial).

Muito embora essa seja a dinâmica geral na nossa história, isso dependeu de lutas intensas que enfrentaram pautas anti-nacionais com distintas propostas, conteúdos e enfoques. Seria possível dividir nossa história nos seguintes períodos:

A descoberta do petróleo e criação da Petrobras

Por quase duas décadas, desde meados de 1930, o Estado realizou iniciativas de perfuração de poços em todo território para mapear riquezas minerais e procurar petróleo. Em 1938, na Bahia, foi descoberta a primeira jazida. O debate na época era sobre a real possibilidade do Brasil deter reservas, se tinha condições de desenvolver a exploração (fase de pesquisas, perfurações etc), a produção (retirada do petróleo), distribuir, refinar etc.

As forças ligadas aos banqueiros, grandes empresários atrelados aos



No governo FHC, as forças privatistas alteraram a Constituição e quebraram o monopólio estatal

EUA, disputavam os rumos da política petroleira defendendo que o Estado deve liberar a atuação privada, ficando apenas com o papel de regulador.

Do outro lado, o povo brasileiro, organizado em torno da campanha O petróleo é nosso, congregando amplos setores, tais como parte da Igreja Católica, estudantes e a UNE, o sindicalismo, intelectuais, pequenos comerciantes, movimentos de mulheres, movimento negro, dentre muitos outros, resultou em uma das mais marcantes vitórias populares: a estatização do Petróleo, com monopólio Estatal e criando a Petrobras em 3 de outubro de 1953.

A vitória, com a criação da Petrobras e o monopólio estatal, sempre foi alvo desse setor derrotado no período. Bradavam que o Brasil não tinha condições de investir, não tinha tecnologia, conhecimento, que a

Petrobras era ineficiente etc.

Da constituinte à lei FHC

Ao final do período do regime militar, o Brasil já alcançava boa produção, inclusive em águas semi-profundas, e as disputas da Constituinte (1987) asseguravam o monopólio estatal. Nos anos seguintes, com os dois governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), as mesmas forças privatistas retomaram a ofensiva, alterando a Constituição Federal em 1996, e em 1997 promulgando uma lei de quebra do monopólio estatal. A Petrobras, empresa construída pelo povo brasileiro, quase foi privatizada (se chamaria Petrobrax). Um período difícil para o povo brasileiro, que resistiu mas não conseguiu impedir que o bloco PSDB/DEM/PPS realizasse a maior entrega do patrimônio nacional da história brasileira.

Desde 1997, o Brasil passa a realizar leilões de blocos para a iniciativa privada. A Petrobras disputa com as outras empresas do mercado mundial e nacional

Desde 1997, o Brasil passa a realizar leilões de blocos para a iniciativa privada. A Petrobras disputa com as outras empresas do mercado mundial e nacional. O regime adotado é o das concessões, o mesmo utilizado por Portugal para explorar o Brasil nos idos anos de 1500 (a primeira con-

cessão no Brasil foi a do pau Brasil para Fernão de Noronha). As razões para justificar a privatária foram: incapacidade do Estado em investir; baixos preços do petróleo; falta de tecnologia; alto risco e incertezas quanto à existência de petróleo. Razões cuja inveracidade qualquer leitor menos informado pode perceber.

A farsa fica exposta quando o Brasil financia empresas para adquirirem os blocos; os preços seguem em uma crescente desde os anos 70; o país é detentor de tecnologia de ponta; as incertezas quanto a existência de petróleo são mentirosas, já que desde a década de 70 os estudos geológicos para apurar a existência de petróleo por aqui, seja em terra, seja em alto mar, resultaram em informações seguras e que confirmam - como depois ficou evidente - a existência de óleo de boa qualidade.

As mudanças: FHC derrotado e descoberta do pré-sal

A partir da derrota da continuidade do neoliberalismo privatista, combinada com as descobertas de enormes jazidas e a reedição da Campanha do Petróleo (sob a bandeira "O petróleo tem que ser nosso") resultaram em redução dos leilões, mudança da lei para os poços do pré-sal, mas nenhuma alteração para a exploração e produção do petróleo fora das áreas do pré sal. Com isso, seguimos com duas legislações para o tema: uma, herança de FHC, aplicada aos poços já leiloados até 2007, e para os novos leilões de poços fora da área do pré-sal (como na rodada de 14 e 15 de maio); e outra advinda das mudanças com a lei da Partilha, aplicáveis aos poços do pré-sal.

Os setores que historicamente defenderam o petróleo da sanha privatizante seguem em luta. Nesse momento para combater novos leilões, assim como o modelo de produção acelerada para atender ao mercado mundial crescente, combinando com as pautas de investimento em energias renováveis, de baixo impacto social e ambiental e integradas a um modelo de desenvolvimento capaz de converter essa riqueza em motor do enfrentamento das dívidas sociais e históricas com o povo, com o povo que sempre lutou para que essa riqueza fosse nacional e gerida pela União. Seguimos afirmando que "O petróleo tem que ser nosso". Nenhuma privatização. Pelo fim dos leilões!

Arnócio Cruz/AB

O que representam o petróleo e o pré-sal para o Brasil?

ENERGIA Estima-se que, em 2020, os campos de produção no pré-sal produzam 2,1 milhões de barris de petróleo por dia

Alessandra Murteira
do Rio de Janeiro (RJ)

Mais do que nunca, o ouro negro brasileiro está sob a mira das multinacionais e dos imperialistas.

Com a descoberta do pré-sal, as novas reservas de petróleo já identificadas farão do país um dos oito maiores produtores do mundo.

Enquanto grandes nações petrolíferas, como Noruega, Reino Unido, México e Irã, vivem uma curva decrescente de produção, o Brasil é o país que mais rápido aumenta suas reservas no planeta.

Só com o volume de óleo recuperável do pré-sal, o país poderá triplicar suas reservas provadas nos próximos anos, segundo estudos recentes da Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME).

Produção

O governo prevê que já nos próximos sete anos o Brasil dobre sua produção de petróleo, que está hoje em torno de 2,2 milhões de barris por dia.

A Petrobras é responsável por cerca de 90% desse volume, mesmo após quase duas décadas de desregulamentação do setor.

Por isso, a estatal tem sido alvo constante da mídia e dos grupos econômicos privados, que fazem campanha cerrada para desestabilizar a empresa, de olho no pré-sal e nas novas fronteiras produtoras que serão postas a leilão nos próximos dias.

Desde que começou a explorar o pré-sal nas Bacias de Campos e de Santos, a partir de 2008, a Petrobras já extraiu

Em abril, a produção no pré-sal chegou a

311 mil barris de óleo por dia e deverá alcançar

1 milhão de barris diários em 2017

192 milhões de barris de petróleo.

Em abril, a produção no pré-sal chegou a 311 mil barris de óleo por dia e deverá alcançar um milhão de barris diários em 2017, segundo o Plano de Negócios e Gestão da empresa.

A estimativa é de que em 2020 os campos de produção da Petrobras no pré-sal produzam 2,1 milhões de barris de petróleo por dia, o que deverá representar 60% da produção brasileira.

Leilões

No entanto, em função dos leilões, que desde 1999 já lotearam 765 blocos de petróleo das nossas bacias sedimentares, diversas multinacionais continuam se apropriando dessa riqueza estratégica.

Pelo menos 75 empresas privadas já foram beneficiadas pelas nove rodadas de licitações realizadas pela Agência Na-



O governo prevê que nos próximos sete anos o Brasil dobre sua produção de petróleo

cional de Petróleo (ANP) até 2008.

Metade delas são multinacionais que levam para fora do país o que produzem aqui, terceirizando atividades, precarizando condições de trabalho e expondo trabalhadores e o meio ambiente a riscos constantes.

“Além de ser uma questão de soberania nacional, o petróleo deve ser explorado de forma sustentável para gerar riquezas que sejam investidas em benefício do povo brasileiro, afirma João Antônio de Moraes, coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Para ele, os leilões de concessão fazem exatamente o contrário: entregam o nosso petróleo para as empresas privadas e nações imperialistas, que se fartam no consumo de energia às custas da miséria que ainda atinge boa parte do planeta.

“Por isso, defendemos o controle estatal não só do petróleo, como de todos os recursos energéticos”, destaca Moraes.

O valor do pré-sal

do Rio de Janeiro (RJ)

O pré-sal é um imenso e valioso reservatório de petróleo leve no fundo do mar, a sete mil metros de profundidade e a 300 quilômetros da costa brasileira.

Essa nova fronteira exploratória está encravada sob uma densa camada de sal, ao longo de uma faixa litorânea de 800 quilômetros, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo.

É considerada a maior descoberta mundial de petróleo nos últimos 30 anos e foi anunciada pela Petrobras em 2007, após uma série de pesquisas geológicas.

O governo estima que o pré-sal contenha entre 70 e 100 bilhões de barris de petróleo. Isso significa multiplicar por seis as atuais reservas do país, descobertas ao longo dos 59 anos de

existência da Petrobras.

Quase um terço dessa riqueza, no entanto, já foi entregue às empresas privadas, nos leilões de concessão realizados pela ANP antes de 2007. Segundo estudo do Dieese, dos cerca de 150 quilômetros quadrados de bacia sedimentar que formam o pré-sal, 28,03% foram licitados pela Agência.

Um dos principais beneficiados foi o empresário Eike Batista, que montou a petrolífera OGX especialmente para disputar a 9ª Rodada de Licitação, em 2007.

Com a ajuda de ex-executivos contratados da Petrobras, ele arrematou blocos valiosos na chamada franja do pré-sal, que multiplicaram a sua fortuna.

Multinacionais também adquiriram nos leilões áreas exploratórias do pré-sal, como as nor-

te-americanas Exxon Mobil e Anadarko, a britânica BG, a espanhola Repsol e as portuguesas Galp e Petrogal.

Em 2007, o governo retirou dos leilões os blocos localizados no pré-sal e em dezembro de 2010 sancionou a lei que criou novas regras de exploração, garantindo o controle do Estado sobre essas reservas.

A Petrobras tornou-se operadora única do pré-sal, com participação mínima de 30% em cada bloco, e o modelo de exploração passou a ser o de partilha, que garante à União parte do petróleo produzido pelas empresas que participarem dos consórcios. No regime de concessão, que regula a exploração de petróleo no Brasil fora da área do pré-sal, as empresas ficam com tudo o que produzem. (AM)

Leilões do petróleo ferem a soberania nacional

PRIVATIZAÇÃO Rodada organizada pela ANP nos dia 14 e 15 de maio ofertará 289 blocos

Alexania Rossato de São Paulo (SP)

Depois de cinco anos sem leilões de petróleo, o governo federal, por meio da Agência Nacional do Petróleo (ANP), retoma os leilões pela 11ª Rodada de Licitações, prevista para 14 e 15 de maio, no Rio de Janeiro.

Serão ofertados 289 blocos de petróleo em áreas fora da camada do pré-sal, localizados em 11 estados brasileiros e distribuídos em 11 bacias sedimentares, que envolvem 155 mil Km² de área, equivalente a 60% da área geográfica do estado de São Paulo.

Os blocos em águas profundas de apenas duas das 11 bacias, Pernambuco-Paraíba e Espírito Santo, possuem reservas estimadas em 5 bilhões de barris, equivalente às reservas do Golfo do México. Outras duas bacias, Pará-Maranhão e Foz do Amazonas, podem chegar a 30 bilhões de barris segundo a ANP. Considerando todas as 11 bacias, o volume poderá ultrapassar 40 bilhões de barris.

Esse total, somado aos 14 bilhões de barris de reservas já provadas pela Petrobrás, e mais as descobertas nas áreas de pré-sal, podem chegar a 100 bilhões de barris de petróleo. O pré-sal é a maior descoberta mundial das últimas décadas e isso desperta o interesse do capital internacional, que pressiona o Brasil para que coloque à disposição as reservas e intensifique a produção e exportação de petróleo bruto.

“A realização do leilão vai entregar de mão beijada para a iniciativa privada anos e anos de estudos feitos pelos trabalhadores da empresa”

Os leilões previstos vêm para atender estas pressões e tem base na Lei das Concessões 9.478/1997, criada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para impor o modelo neoliberal de privatização. “Essa mesma lei será usada pela ANP para este crime de lesa-pátria, o leilão dos poços de petróleo e gás. A empresa que ganhar passará a ser dona de tudo, o país deixará de ter soberania sobre estas áreas”, afirmou João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST.

Ele argumenta que a Petrobrás fez todas as pesquisas, o mapeamento e a quantificação do volume de petróleo, no entanto com os leilões, qualquer empresa estrangeira poderá explorá-las. “Ou seja, será entregar de mão beijada para a iniciativa privada anos e anos de estudos feitos pelos trabalhadores da empresa. E pior ainda, será entregar uma das maiores riquezas do povo brasileiro”, argumentou.



Manifestação no centro do Rio de Janeiro contra os leilões do petróleo

Pressão internacional

As reservas estimadas pela ANP para 11ª Rodada de Licitações pode chegar a 40 bilhões de barris, três vezes mais do que a Petrobrás já havia descoberto nos últimos 59 anos de pesquisa. Por isso, 64 grandes empresas do mundo todo querem se apropriar destas áreas do petróleo brasileiro. É a maior disputa já envolvida em leilões no Brasil e segundo o coordenador do MST “estamos diante de um cenário que aponta para a desnacionalização de uma indústria extremamente estratégica para a soberania nacional, pois implicará na redução da participação do Estado na exploração e produ-

ção de petróleo, fragilizando o desenvolvimento nacional”.

Se considerarmos como base os dados consolidados no relatório financeiro da Petrobrás de 2012, o custo médio para produção de um barril ficou em R\$ 27,22 (13,92 de dólares). Com o pagamento de royalties e participação especial, o custo ficou em R\$ 66,16/barril (33,83 de dólares). O preço médio de exportação da Petro-

bras foi R\$ 184,02 (94,37 de dólares).

Grande parte da produção das áreas a serem leiloadas será para exportação. Isso significa que cerca de 63% de toda a riqueza gerada nestas áreas a serem leiloadas serão apropriadas como lucro para enriquecimento das transnacionais que vencerem o leilão, pois 15% representa o custo de produção para as empresas e 22% será destinado para

pagamento de royalties e participação especial.

Caso os 40 bilhões de barris se confirmem, e considerando um fator de recuperação médio de 25% sobre os 40 bilhões, as corporações se apropriarão, nos próximos 30 anos de contrato, de cerca de 10 bilhões de barris, o que significará um lucro próximo a R\$ 1,16 trilhões, cerca de R\$ 40 bilhões para o bolso das empresas ao ano, caso seja extraído em 30 anos. “É este o objetivo da pressão exercida pelo capital internacional para que o governo realize os leilões. Sem contar as reservas de pré-sal que também serão leiloadas em novembro”, finalizou João Pedro.

Aumento nas contas de luz e diminuição na qualidade

TARIFAS Aneel aprova novo sistema de tarifas que deve beneficiar empresas geradoras

Elisa Estronoli
da Redação

Apesar das medidas positivas anunciadas pela presidenta Dilma no final de 2012, que permitiram a redução média de 16% nas contas de luz às residências, nos próximos anos as tarifas tendem a continuar aumentando muito. As empresas privadas que controlam a energia elétrica, principalmente as distribuidoras e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estão aprovando várias alterações que a partir de 2014 passarão a vigorar e serão implementadas em todo o Brasil, aumentando as tarifas de energia elétrica para todos os brasileiros.

A Aneel aprovou o sistema de bandeiras tarifárias, com as bandeiras verde, amarelo e vermelho, uma clara estratégia para beneficiar as empresas geradoras. A medida entrará em vigor a partir de janeiro de 2014 e apresentará um aumento nas tarifas de R\$ 15 para cada 1.000 kWh consumidos quando a bandeira for amarela ou R\$ 30 para cada 1.000 kWh consumido quando for vermelha. Considerando que a tarifa média das residências brasileiras, sem impostos é de R\$ 330 para cada 1.000 kWh, se a bandeira for vermelha significará 9% de aumento.

A principal argumentação é que em períodos com pouca água armazenada nos lagos das barragens o custo da energia se torna mais caro, o que não é verdade. Para definir que tipo de bandeira deverá valer para cada mês, será levado em consideração "dois custos"

definidos pelo Operador Nacional do Sistema. O ano de 2013 é o ano-teste para implementação deste novo sistema e nos meses de janeiro a abril a bandeira permaneceu vermelha.

Segundo o professor doutor em engenharia Dorival Gonçalves Junior, da Universidade Federal de Mato Grosso, a Aneel, responsável pela implementação das mudanças, seguirá atendendo aos interesses do mercado. "Basta ver quem são as figuras que comandam a agência. A tendência é de piora na qualidade do serviço, aumento nas tarifas, maior exploração dos trabalhadores do setor elétrico e novas privatizações", alerta o professor.

"A tendência é de piora na qualidade do serviço, aumento nas tarifas, maior exploração dos trabalhadores do setor elétrico e novas privatizações"

Preço distintos por horário de consumo

Já para beneficiar as empresas distribuidoras, a Aneel aprovou a modalidade tarifária branca, onde as tarifas serão cobradas conforme horário de consumo. Serão três diferentes preços de tarifas cobradas durante o dia conforme o horário de consumo: a tarifa de ponta, a intermediária e fora de ponta. A

Com as medidas, as distribuidoras de energia aumentarão suas receitas sem fazer novos investimentos

mais cara será das 18 às 21 horas e custará cinco vezes mais, exatamente nos horários em que os trabalhadores chegam em casa do trabalho.

A tarifa intermediária será cobrada das 17 às 18 horas e das 21 às 22 horas, e custará três vezes mais que a tarifa fora de ponta. Já a tarifa fora de ponta, cobrada nos demais horários, custará 55% da tarifa de referência, ainda não especificada pela Aneel.

Segundo especialistas, essa medida está sendo implementada para forçar um consumo de energia melhor distribuído durante o dia, evitando os horários de pico, permitindo às distribuidoras de energia postergar investimentos na melhoria de rede e recebendo pela amortização dos investimentos que na realidade não aconteceram, ou seja, com as medidas, as distribuidoras de energia aumentarão suas receitas sem fazer novos investimentos. "Para o trabalhador, ou paga mais caro, ou usa energia em horários alternativos. Essa novas tecnologias são novas formas de aumentar a lucratividade do setor e atender aos interesses dos grupos empresariais", alerta o professor Dorival.



Empresas privadas e Aneel estão aprovando alterações para aumentar as tarifas de energia elétrica

Demissões e aumento da exploração

Trabalhadores de empresas públicas de energia têm ganhos reduzidos

da Redação

Outra questão em curso é o intenso aprofundamento da reestruturação do trabalho dos trabalhadores no interior das empresas de energia. Este processo está ocorrendo em todas as empresas públicas e privadas. No entanto os trabalhadores das empresas públicas estão sendo atacados para reduzir seus ganhos aos patamares mais baixos, semelhante aos pagos nas empresas privadas de energia.

Para as empresas do sistema Eletrobrás, que possuem em torno de 27.000 trabalhadores, o plano diretor anunciou que irá demitir cerca de 5.000 trabalhadores até 2017. "Os trabalhadores que colocaram a energia

Para as empresas do sistema Eletrobrás, o plano diretor anunciou que irá demitir cerca de 5.000 trabalhadores até 2017

mais barata para permitir recentemente uma redução de 16% nas tarifas da população, agora serão penalizados com demissões", alertam os sindicalistas.

Esta tendência de reestruturação e de possíveis privatizações produz uma série de consequências. Para Wilson Marques de Almeida,

da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo (Ftiuesp), a primeira consequência que a mudança de controlador pode ocasionar ao trabalhador é a perda de emprego e ainda a diminuição de postos de trabalho.

"A privatização significou, entre outros, o aumento da tarifa, perda de parte importante da mão de obra qualificada, cerca de 50% dos postos de trabalho foram eliminados e a terceirização avançou, o número de acidentes triplicou e as condições de trabalho foram precarizadas. Passivos ambientais foram negligenciados e até mesmo abandonados à sorte da morosidade da justiça", denunciou. (EE)

Ministério e Aneel se movimentam para privatizar

ENERGIA Para a coordenadora nacional do MAB, Liciane Andrioli, o governo deve tomar medida para impedir os leilões

Guilherme Weimann
de São Paulo (SP)

A usina hidrelétrica Três Irmãos, localizada em Andradina, interior de São Paulo, pode abrir uma série de privatizações de hidrelétricas nos próximos anos. A usina, antes controlada pela estatal Companhia de Energia de São Paulo (Cesp), teve seu contrato de concessão vencido em 2011 e já está sob propriedade da União.

Por lei, com o fim das concessões, o governo deveria abrir uma nova licitação para leiloar a usina. No entanto, movimentos sociais e sindicais questionam a lei de licitações, criada no âmbito das medidas neoliberais dos anos 1990, pois além de Três Irmãos, que deverá ser privatizada nos próximos meses, estão previstas as licitações de mais 11 usinas, como Ilha Solteira e Jupia da Cesp, Jaguará, Três Marias, São Simão, Volta Grande da Cemig, e Governador Parigot da Copel, além de 23 Pequenas Centrais Hidrelétricas, representando 12% do potencial hidráulico brasileiro instalado.

Para a coordenadora nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Liciane Andrioli, o governo deve tomar medida para impedir os leilões e permanecer com o controle das usinas, reduzindo as tarifas ao povo brasileiro.

"Assim como ocorreu com a renovação das concessões das estatais no início do ano, o governo tem poderes para impedir estas privatizações. Se a lei é privatista então devemos mudá-la. É uma obrigação do governo com o povo brasileiro", apontou.

Governo deve tomar medida para impedir os leilões

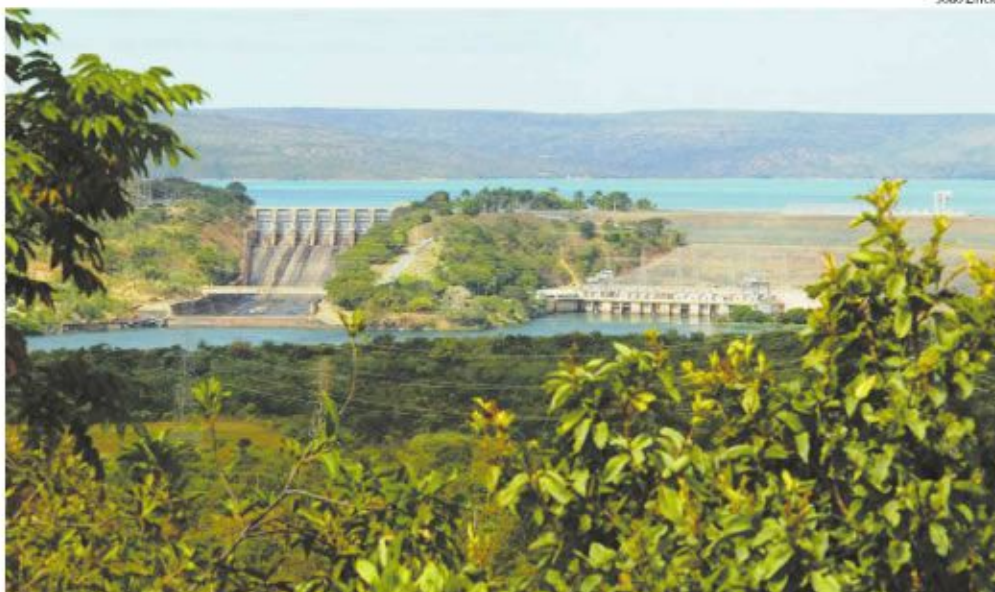
Governadores do PSDB foram contra a redução das tarifas de energia

No início do ano, o governo federal anunciou a diminuição de 16% na tarifa de energia elétrica para as residências. Esta decisão, a partir da Medida Provisória 579, que posteriormente foi transformada na Lei 12.783, evitou a privatização das empresas estatais de energia com investimentos amortizados e contratos vencendo até 2015.

Entretanto, apenas as empresas do sistema Eletrobrás, que controlavam 13.909 MW, aceitaram a renovação. As empresas Cemig, Copel e Cesp, controladas pelos governos do PSDB, e a Celesc, sob comando do DEM, com potencial de 10.150 MW, não aceitaram a renovação e se colocaram contrárias à redução da tarifa de energia. E são estas usinas que podem ser privatizadas nos próximos anos.

Segundo Liciane, essa recusa evidenciou a preferência dos governos tucanos em favorecer o capital financeiro ao não aceitarem reduzir o valor da venda da energia de R\$ 95,00/MWh para R\$ 32,00/MWh.

"Estas estatais têm grande parte das ações privatizadas e controladas por especuladores internacionais. No momento em que não aceitarem a renovação, esses governos mostraram que preferem favorecer os rentistas ao invés de garantir empregos nas indústrias", esclareceu.



A usina hidrelétrica de Três Marias, localizada na bacia do rio São Francisco, em Minas Gerais

opinião | Gilberto Cervinski

Lucros extraordinários para as transnacionais da energia

A AES Tietê teve um lucro total de R\$ 5,2 bilhões e no mesmo período a empresa enviou aos seus acionistas R\$ 5,5 bilhões, 105% do lucro total

A privatização da energia elétrica nos anos 1990 causou grande mal ao povo brasileiro, com aumentos constantes nas contas de luz, redução na qualidade do serviço, terceirizações e precarização das condições de trabalho no setor.

Hidrelétricas e distribuidoras acabaram nas mãos de empresas como as estadunidenses AES e Duke, a francesa Suez Tractebel e a espanhola Iberdrola, cujas matrizes no exterior receberam lu-

cos extraordinários.

A AES é um caso exemplar, que pode servir como regra para saber o que acontece na energia elétrica controlada por empresas privadas. Nove hidrelétricas situadas no rio Tietê foram privatizadas em 1999 para a AES, por R\$ 936 milhões, tornando-se AES Tietê.

Todas estas usinas já possuem mais de 30 anos, portanto já estão amortizadas, mas a energia é vendida a R\$ 182,00/MWh através de contratos

bilaterais para AES Eletropaulo, empresa controlada pelo mesmo grupo, que repassa tudo para as contas de luz da população. No entanto, as empresas federais do sistema Eletrobrás entregam energia para as distribuidoras a R\$ 32,00/MWh, valor seis vezes menor.

Nos últimos sete anos, a AES Tietê teve um lucro total de R\$ 5,2 bilhões, e no mesmo período a empresa enviou aos seus acionistas R\$ 5,5 bilhões, 105% do lucro total.

Além de vender a energia mais cara, tudo é enviado para fora. Ou seja, as empresas privadas estão surfando nos altos lucros, por isso pressionam o governo para privatizar o restante das usinas.

Fora isso, coincidentemente ou não, Três Irmãos é uma das últimas usinas que falta para a AES conseguir o monopólio de exploração no rio Tietê.

Gilberto Cervinski
é da coordenação nacional do MAB

João Zinclar

opinião | Robson Formica

Em defesa da soberania nacional

ENERGIA Organizações defendem projeto que tenha como centro a soberania energética

As organizações sociais e sindicais que organizam os trabalhadores do campo e da cidade defendem um Projeto Energético Popular.

Esse projeto tem como centro a soberania energética, compreendida como direito do povo brasileiro de planejar, organizar e controlar a produção e a distribuição social da energia e da riqueza ali gerada.

Essas organizações entendem que a energia tem importância estratégica em função da potencialidade e capacidade dos trabalhadores gerar extraordinários volumes de riqueza. Se bem utilizada, pode servir para melhorar a vida de todos e resolver os grandes problemas do povo.

No entanto, se colocada a serviço das corporações transnacionais será um ataque à soberania nacional. Isso servirá apenas para extrair e acumular o máximo de valor nas mãos dos grandes grupos empresariais. Além disso, aumentará a desnacionalização da economia, a dominação e a exploração sobre o povo brasileiro.

Leilões

Os leilões têm como objetivo tornar o Brasil um grande exportador de petróleo bruto, que será carregado nos navios e levado para fora sem pagar nada de impostos. Isso porque a Lei Kandir, criada nos tempos de FHC, isenta de impostos exportações de matérias-primas. Insistir nesta lógica é um

A energia tem importância estratégica em função da potencialidade e capacidade dos trabalhadores gerar extraordinários volumes de riqueza

crime, porque as empresas deixarão no país uma pequena parcela da produção na forma de *royalties* e participação especial.

É necessário desenvolver uma estratégia de industrialização em nosso país de toda cadeia do petróleo. Isso requer a produção de plataformas, refinarias, desenvolvimento da indústria química e petroquímica para gerar empregos ao povo brasileiro. Assim, pode-se agregar o máximo de valor.

Isso somente é possível se o petróleo for monopólio estatal, com a Petrobras 100% pública e com controle social. No entanto, esta estratégia não interessa às empresas estrangeiras.

Energia

Na área da energia elétrica, se quisermos reduzir as tarifas e melhorar a qualidade da energia elétrica também devemos impedir a privatização das hidrelétri-



É necessário desenvolver uma estratégia de industrialização no país de toda a cadeia do petróleo

cas. A primeira batalha é contra a privatização da usina de Três Irmãos.

Privatizar significa perda de soberania, aumento de tarifas, diminuição da qualidade dos serviços e demissão de trabalhadores.

Para reduzir as tarifas das residências e melhorar a qualidade, temos também que enfrentar as empresas privadas, suas tarifas e a Aneel.

Precisamos valorizar

as empresas estatais brasileiras, valorizar os trabalhadores, sem demissões, terceirizações e precarizações. Além disso, precisamos garantir os direitos dos atingidos e lutar para que a energia esteja sob controle do Estado.

Qualquer forma de privatização da energia, de petróleo, gás ou hidrelétricas, deve ser interrompida imediatamente.

O petróleo tem que

ser nosso, do povo brasileiro. A presidenta Dilma pode e deve suspender os leilões. Entregar o petróleo às transnacionais certamente não é a vontade dos brasileiros.

Por isso convocamos todo o povo brasileiro a lutar contra os leilões de privatização do petróleo e das usinas.

Será necessário seguir a luta, porque o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e a ANP já

As mobilizações acontecem em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Paraná, entre outros locais

anunciaram que em novembro serão leiloadas as áreas de pré-sal.

Organizações entregam carta a Dilma

Nesta semana, cerca de 50 organizações do campo e da cidade assinaram uma carta a ser entregue à presidenta Dilma pedindo o cancelamento do leilão do petróleo e das usinas hidrelétricas que não haviam sido renovadas.

A Plataforma Operária e Camponesa para Energia, a Via Campesina, os movimentos sociais e as centrais sindicais, sindicatos de petroleiros e organizações da juventude estão realizando diversas mobilizações para impedir os leilões de petróleo.

As mobilizações acontecem em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Paraná, entre outros locais e seguirão durante o ano todo para tentar impedir os próximos leilões.

Robson Formica
é militante do MAB-PR